

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Resenha

PORTO, Nuno; LIMA FILHO, Manuel (Org). Coleções étnicas e museologia compartilhada. Goiânia: Imprensa Universitária, 2019. 261p.



Adriana Russi Tavares de Mello

Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

adri.russitm@gmail.com

Recebido: 02/11/2019

Aprovado: 10/12/2019

2

O livro é uma coletânea de textos de diferentes autores que apresentaram suas reflexões no Seminário Coleções étnicas e museologia compartilhada, ocorrido no âmbito das atividades pré-evento do 18º Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUAES), em julho de 2018, na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Míriam Pillar Grossi e Simone Lira da Silva assinam o texto de apresentação seguido pelo prefácio dos organizadores da obra: Nuno Porto e Manuel Lima Filho. A coletânea está organizada em oito capítulos que, partindo de distintas perspectivas, abordam o ressurgimento dos estudos de cultura material. Na atualidade, tais estudos têm sido repensados em novas abordagens teóricas, nas discussões

sobre políticas públicas e/ou vinculados ao campo do patrimônio cultural. Conforme os organizadores apontam, com o protagonismo indígena intervindo nos processos museais, urge o estabelecimento de novas práticas relacionadas às coleções com vistas a uma interculturalidade no viés de uma museologia compartilhada.

O pano de fundo da obra considera o movimento mundial de valorização da memória social e étnica, bem como as reflexões sobre as coleções no âmbito da museologia social. Nessa concepção, as cosmovisões dos coletivos étnicos passam a ser consideradas no mundo dos museus e das coleções. Isso significa que esses novos sujeitos participam dos processos museais tanto na coleta, classificação e salvaguarda dos artefatos, como na formação de novas coleções, ou ainda em sua extroversão através das exposições.

Em Exercício breve sobre a formação de séries etnográficas a partir de coleções etnológicas, Edmundo Pereira apresenta um exercício preliminar de análise dos aspectos históricos do Setor de Etnologia e Etnografia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da reflexão sobre três coleções de etnologia indígena.

As coleções apresentadas (e a quantidade de artefatos e/ou objetos de cada uma delas) são: botocudo (147), paresi (243) e apinajé (453). O autor faz um apanhado histórico e descritivo dessas coleções para problematizar a noção de coleção. Conforme Edmundo Pereira, nos casos estudados, as coleções não se configuram como uma unidade, nem se revelam homogêneas. Com isso, o autor procura complexificar os processos de geração e gestão das coleções e conclui que tais coleções revelam relações coloniais multiétnicas e recorrências de localidades, de povos, de objetos e de classificação de conjuntos artefatuais.

No capítulo seguinte, Para uma prática curatorial comprometida com a justiça social, Nuno Porto aborda a descolonização no

mundo dos museus e a problemática das transformações sociais e das desigualdades decorrentes das políticas neoliberais, usando, para tanto, diferentes casos no Brasil, em Gana e no Museu de Antropologia (MOA) da Universidade da Colúmbia Britânica (UBC), no Canadá. Os casos abordados revelam uma museologia comprometida com a justiça social, voltada ao empoderamento de cidadãos desfavorecidos. Do Brasil, Nuno Porto destaca exemplos do Museu da Favela (MUF), do Museu das Remoções e do Centro de Folclore e Cultura Popular Edson Carneiro, no Rio de Janeiro. Indica, ainda, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS), da UFRJ, por sua revolução silenciosa no mundo dos museus universitários. Em Gana, o destaque recai sobre a agenda pós-colonial posta em marcha, relatando a complexidade da repatriação de certos objetos, dada a diversidade de compreensão entre burocratas alemães e os herdeiros culturais destes objetos. O autor aborda a noção de multiversidade, desenvolvida no MOA através do dispositivo de reservas técnicas visíveis e, por fim, apresenta dados sobre a renovação das exposições africanas nesse museu. Para o autor, o desafio de uma museologia comprometida com a justiça social está na conexão entre as coleções dos museus e a problemática desigualdade do mundo contemporâneo.

Camila Azevedo de Moraes Wichers assina o capítulo Todo mundo ficou com medo desse caco: práticas de colecionamento e colonialidade na formação da Coleção da Lagoa Miararré, Xingu. A autora relata aspectos de uma experiência iniciada em 2016, por uma equipe interdisciplinar, de retomada de uma coleção arqueológica constituída em 1970 através do diálogo com indígenas Kamaiurá no presente. Revela silenciamentos que circundaram essa coleção e problematiza a participação indígena nas inúmeras pesquisas na região da Lagoa, especialmente as arqueológicas. Camila Wichers ressalta o objetivo da experiência, ainda em curso,

de ressignificar essa coleção por meio de práticas que incluam as perspectivas de análise dos Kamaiurá contemporâneos. Ao longo do capítulo, a autora descreve os percursos do colecionamento dos objetos da Lagoa Mirarré, esmiuçando a complexidade da musealização desses objetos, marcada pela colonialidade no âmbito da trajetória institucional. O diálogo intercultural com os Kamaiurá é destacado como forma de reconhecer outras narrativas e perspectivas para essa coleção.

Os objetos religiosos cabem em quais vitrines? – esta é a pergunta-capítulo que Renata de Castro Menezes faz para tratar dos objetos religiosos no campo da antropologia da religião e da cultura popular, suscitando reflexões sobre as diferentes concepções das coisas materiais e de sua compreensão por antropólogos. Para a autora, os objetos religiosos, seus usos e as explicações nativas podem se contrapor às classificações científicas, sejam estas museológicas ou antropológicas. Ela defende um trabalho mais dialógico, simétrico e relacional no que diz respeito aos objetos religiosos e às pessoas com as quais os pesquisadores se relacionam. A autora aponta que desde seu mestrado, finalizado em 1996, os objetos religiosos são recursos metodológicos, apontando que as relações entre materialidades e devoção se tornaram foco de sua atenção e de seus orientandos. Para a autora, as análises das materialidades religiosas em termos não etnocêntricos são um grande desafio epistemológico. Por diferentes motivos, conforme explica, muitos objetos religiosos não cabem nas vitrines às quais foram destinados. Ao final, ela ressalta que os objetos e acervos sensíveis necessitariam de protocolos de guarda e exibição elaborados com seus detentores, mas alerta para as dificuldades nesse percurso, decorrentes de conflitos religiosos que afetam contemporaneamente o país.

Manuel Lima Filho escreve, em coautoria com seus orientandos, Marília Caetano Rodrigues Morais, Lucas Veloso Yabagata e

Lucas Santana Silva, o capítulo intitulado: Interculturalidade e saberes compartilhados: estudo da Coleção William Lipkind (1938-1939) do Museu Nacional/UFRJ. O texto versa sobre a experiência do projeto Compartilhar Saberes e a coleção do povo Iny-Karajá, coletada pelo antropólogo William Lipkind e que integrava o acervo do MN/UFRJ antes do triste incêndio que destruiu quase por completo seu acervo etnográfico. Os autores apontam para a indispensável tarefa de estabelecer um trabalho de pesquisa compartilhada com os indígenas através de oficinas, que contou com a participação de discentes Iny-Karajá do curso de Licenciatura Intercultural da UFG. Eles relatam a experiência das oficinas etnográficas que envolveram esses discentes e suas reflexões sobre a coleção William Lipkind. As entrevistas com os indígenas seguiram a proposta do diálogo intercultural. Outra experiência sobre a coleção ocorreu em escolas das aldeias e envolveu professores indígenas e alunos do curso de Licenciatura Intercultural da UFG. Desta última atividade surgiu o interesse de conceberem seu próprio museu, numa autorrepresentação. Por fim, os autores destacam o processo de digitalização desse acervo e dos fluxos que essas materialidades atravessam.

No capítulo Entre máscaras, maracás, imagens e objetos xamânicos em museus, Renato Monteiro Athias aborda aspectos do deslocamento de objetos etnográficos para museus e registra as mudanças pelas quais vem passando a representação museológica da diferença. O texto é dedicado à problematização da patrimonialização de objetos xamânicos e ressalta a problemática em torno de certos objetos indígenas do Alto Rio Negro para fora de sua área geográfica, evidenciando práticas museográficas que incorporam objetos, mas deixam de lado as narrativas dos povos indígenas sobre tais objetos. O autor dedica o capítulo para analisar a complexidade em torno de certos objetos de povos indígenas do Alto Rio Negro,

com destaque para aqueles do povo Tariana de laureté, e de posse de irmãs salesianas, em exibição em seu Museu do Índio, em Manaus. Esse povo aguarda a devolução de seus objetos rituais, mas o autor registra as dificuldades que esses indígenas enfrentam por parte desse museu com relação à restituição.

Etnicidade e fronteira nas práticas de colecionamento no médio Araguaia é o penúltimo capítulo da coletânea, em que Rafael Santana Gonçalves de Andrade analisa as classificações dos povos indígenas falantes do inĩrybè, que eram conhecidos no passado como o grande grupo Karajá da região média do rio Araguaia, e que hoje se reconhecem como três grupos étnicos diferentes: os Inĩ (Karajá propriamente), os inĩ-Javaé (os Javaé) e os Karajá do Norte (Xambioá). O autor problematiza como o colecionamento de objetos, especialmente de seres (aruanãs), reduzidos à sua condição material de máscaras rituais, contribui no processo de construção dessas identidades, a partir das referências acadêmicas e museais. Esses seres, como explica o autor, são muito mais do que máscaras de palhas enfeitadas, e seu colecionamento, até meados do século XX, passava por complexos processos de negociação com os indígenas. O autor analisa as relações e estratégias por trás da concepção de três coleções: a coletada por Paul Ehrenreich, em 1888, a serviço do Museu de Berlim; a que Fritz Krause constituiu, entre 1908 e 1909, para o Museu Leipzig; e a que William Lipkind coletou, em meados da década de 1930, e que estavam preservadas no Museu Nacional/UFRJ antes do incêndio, já mencionado em capítulo anterior. O autor discute o mal-estar entre alguns Inĩ quando viram em exibição os aruanãs no Museu Nacional, o que gerou longa discussão entre os indígenas sobre o problema do colecionamento desses artefatos. Ao final, Rafael Andrade aponta a necessidade de se considerar a temática da etnicidade e da fronteira como questões relevantes nas reflexões sobre os aruanãs e seus segredos na atualidade.

O capítulo Patrimônio cultural Iny-Karajá e política de salvaguarda: diálogo intercultural e trabalho compartilhado, de Nei Clara de Lima e Rosani Moreira Leitão, fecha a coletânea. As autoras discutem a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil a partir do caso que acompanharam da salvaguarda das bonecas de cerâmica Karajá. Como explicam, o capítulo foi organizado em três partes: a primeira é dedicada à contextualização das políticas de salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil; a segunda descreve o povo Karajá e a produção das bonecas de cerâmica; e, por fim, a última parte relata aspectos do processo de patrimonialização desse bem cultural, seus percursos e dificuldades. Nei Clara de Lima e Rosani M. Leitão destacam a importância da metodologia colaborativa e compartilhada construída entre elas e este povo indígena nesse processo. Na sequência, explicam o universo e contexto de confecção das bonecas de cerâmica para o subgrupo Iny-Karajá, cuja produção se complexificou a partir do contato interétnico com a sociedade nacional, quando se intensificaram as demandas de colecionadores, museus e lojas de artesanato por essas peças. A partir de relatos das ceramistas, as autoras ressaltam que as bonecas funcionam como instrumento pedagógico para o aprendizado e formação das mulheres. As ações de salvaguarda desse bem cultural se fundaram em princípios da interculturalidade e decolonialidade através do diálogo entre universidade, políticas públicas de patrimônio e os portadores dos bens culturais registrados pelo Iphan. Nei Clara de Lima e Rosani M. Leitão destacam os desdobramentos dessa iniciativa, que ativou uma rede de relações entre diferentes aldeias, empolgou jovens e despertou nas comunidades o desejo de fortalecer certas práticas, saberes e sua língua materna, o Inyribè.

Por fim, a coletânea apresenta distintos casos sobre mudanças no ambiente dos museus e/ou das coleções ou nos processos de patrimonialização que vem incorporando, de forma significativa,

distintas maneiras do protagonismo indígena nesses processos. Trata-se de uma obra que aborda um tema relevante e contemporâneo, conectado com as discussões internacionais e comprometido com uma ética implicada com uma pauta candente dos povos indígenas: a da participação nos processos sobre as coleções ou os patrimônios que dizem sobre eles, que contam suas histórias e atualizam/perpetuam suas memórias.